

Destaque Evolução da pandemia

Peritos não esperam agravamento de medidas. DGS tem de dar "instruções claras e simples"

Apesar da explosão de novos casos de infecção com a variante Ómicron, os internamentos de doentes graves têm-se mantido estáveis. Especialistas salientam que é preciso continuar a ter cuidados

Alexandra Campos e Ana Maia

A situação é de alerta, mas não de alarme. Os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO não esperam que da reunião que hoje se realiza no Infarmed saia um agravamento de medidas. Até porque, apesar da explosão de novos casos de infecção com a variante Ómicron, os internamentos de doentes graves têm-se mantido estáveis. Mas salientam que é preciso continuar a ter cuidados: uso da máscara, arejamento dos espaços fechados, teletrabalho sempre que possível, continuidade da testagem e reforço da vacinação. Defendem uma adequação das regras ao contexto actual, que é diferente, e pedem uma comunicação clara e regras simplificadas.

"O principal objectivo, a cada momento, foi minimizar o impacto nos hospitais, sobretudo nos cuidados intensivos. Temos números brutais de casos diagnosticados e de transmissibilidade e os hospitais não

estão a sentir essa pressão", diz Bernardo Gomes, especialista em saúde pública, lembrando que o contexto actual é diferente do que se verificou com as outras variantes, graças à vacinação e ao contacto que a população já teve com o vírus ao longo dos quase dois anos de pandemia. "Não estou à espera de medidas adicionais. Espero que da reunião saia a sugestão da simplificação de processos e procedimentos para permitir manter algum controlo da pandemia, deixando a sociedade funcionar. Receio que a inflexibilidade ou a lentidão em mudar de atitude venha colocar em causa o que se tem feito", refere, salientando que "não é uma questão de deixar as pessoas infectarem-se". "Temos de manter cautelas e medidas nos espaços fechados e nas escolas".

Simplificar e agilizar

Nos últimos dias, aliás, os apelos para a simplificação e agilização dos procedimentos têm-se multiplicado, provenientes das associações repre-

sentativas de médicos de família e de saúde pública, de vários especialistas, e do gabinete de crise da covid-19 da Ordem dos Médicos (OM). Em conjunto com o Instituto Superior Técnico (IST), a OM avançou mesmo com projecções, estimando que o pico desta quinta onda ocorra entre 20 e 24 deste mês, com um número de casos diários que pode chegar aos "100 mil" e "cerca de 2200" doentes internados nos hospitais, dos quais "até 225" em unidades de cuidados intensivos (UCI), não devendo os óbitos "exceder os 30 por dia", numa média a sete dias. São projecções que se baseiam nos modelos matemáticos do IST – que tem monitorizado a evolução da pandemia em parceria com a OM.

Numa "carta aberta" publicada na *facebook do Expresso*, os responsáveis da OM e os investigadores do IST reforçaram o apelo na segunda-feira, elencando uma extensa lista de medidas para enfrentar a pandemia no início deste ano. Destacando que é preciso "clareza e coerência" na

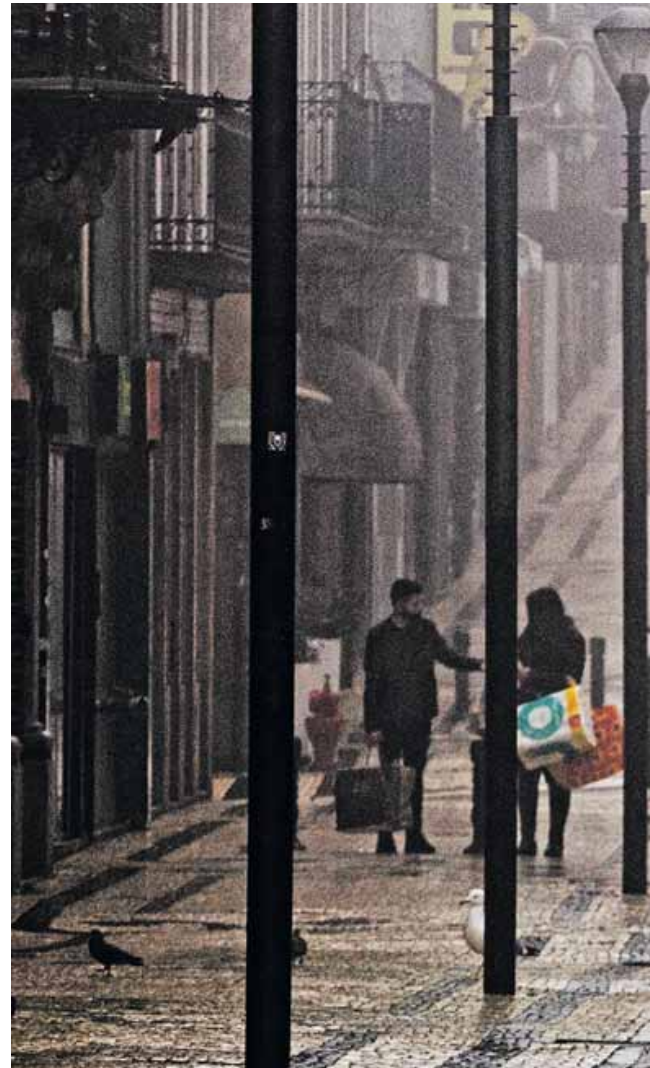
Regras básicas são conhecidas desde o início da pandemia e são para manter

comunicação para garantir "o envolvimento e adesão da população", recomendam que a Direcção-Geral da Saúde (DGS) disponibilize no seu *site* "instruções claras e simples de procedimentos para isolamento e auto-avaliação" e para que as pessoas saibam como actuar se contactarem com casos positivos confirmados. "Os contactos de baixo risco devem manter as medidas de prevenção e evitar ajuntamentos e contactos sociais de risco até ao sétimo dia. Nos contactos de alto risco [como os coabitantes] deve ter-se em consideração o estado vacinal", especificam.

O pneumologista Carlos Robalo Cordeiro, um dos autores deste documento, enfatiza que esta variante "não tem a agressividade das anteriores" e que "a vacinação faz toda a diferença". Mas é preciso cautela. "Não estamos numa fase de alarme,

mas devemos manter o alerta pelo grande número de novos casos que se antecipa que possam acontecer este mês" e que a juntar ao período de Inverno podem pressionar as urgências, afirma. "Nesta fase não me parece que se justifique um agravamento de medidas. Tem de haver organização e capacidade de transmitir informação", afirma o médico, lembrando as medidas que a OM defende como "o uso da máscara, distanciamento, arejamento dos espaços, o teletrabalho sempre que se revele eficaz, o certificado digital".

Também considera fundamental haver "mais capacidade de testagem, da saúde pública, do SNS 24 e não esquecer a vacinação", diz, referindo que se deve equacionar a redução do período de isolamento para cinco dias de acordo com a evolução epidemiológica e da taxa de vacinação. Sobre a retoma das aulas presenciais, considera que deve acontecer. "Era um impacto enorme se assim não fosse e as crianças e já jovens já foram muito prejudicados. Mas é





PAULO PIMENTA

Segurança Social País já descarregaram 51 mil formulários para aceder ao apoio à família

Pedro Crisóstomo

Com o encerramento das creches e centros de actividade ATL nos últimos dias do ano passado e com o fecho das escolas nos primeiros dias deste ano, o site da Segurança Social está a ser procurado nos últimos dias por milhares de pais que tiveram (ou têm) de faltar ao trabalho para tomar conta dos filhos pequenos.

Neste momento, a Segurança Social ainda não sabe quantos subsídios do apoio excepcional à família irá atribuir por causa do fecho dos estabelecimentos na semana passada (de 27 a 31 de Dezembro) e nos primeiros dias deste ano (de 2 a 9 de Janeiro), dado que o período para as empresas submeterem os requerimentos ainda não começou. No entanto, o instituto consegue mensurar a procura pela movimentação que está a registar no próprio site.

De acordo com dados cedidos ao PÚBLICO pelo Ministério do Trabalho, o formulário a preencher pelos trabalhadores e a enviar por estes às entidades empregadoras como justificação das faltas (para que as empresas, por sua vez, submetam os pedidos de apoio junto da Segurança Social) já foi descarregado 51 mil vezes desde que ficou disponível antes do Natal.

Cabe aos pais trabalhadores (ou avós trabalhadores com netos a cargo) descarregar a declaração (a chamada Modelo GF 88/2021-DGSS), preencher e enviar o documento à entidade empregadora, responsável por, mais tarde, submeter o requeri-

mento no site Segurança Social Directa. Relativamente aos trabalhadores que faltaram entre 27 e 31 de Dezembro, as empresas têm de entregar a ficha a partir da próxima segunda-feira (10 de Janeiro) até dia 20 deste mês. Para quem esteja a faltar entre 2 e 9 de Janeiro, o período de submissão vai de 1 a 10 de Fevereiro. No caso dos trabalhadores independentes – também abrangidos pelo subsídio –, são os próprios que têm de submeter o pedido junto da Segurança Social, nas mesmas datas.

Os pais com filhos pequenos puderam faltar de 27 a 31 de Dezembro se as creches, os centros de actividades de tempos livres, os estabelecimentos particulares de ensino especial ou as actividades educativas dos estabelecimentos do pré-escolar tiverem parado naqueles dias.

Já esta semana, de 2 a 9 de Janeiro, o apoio abrange os pais que têm de ficar em casa por causa da suspensão das actividades lectivas nas escolas ou nos equipamentos de apoio à primeira infância ou deficiência.

O apoio abrange os trabalhadores com filhos até aos 12 anos. Se os filhos tiverem uma doença crónica ou deficiência, não há limite de idade.

Quem está em teletrabalho também pode optar por receber o apoio, desde que o filho esteja numa creche, no ensino pré-escolar ou num estabelecimento do primeiro ciclo. Na página oficial, o instituto explica como é que, num casal, os dois pais trabalhadores podem partilhar o apoio de forma a que o subsídio seja pago a 100% (da remuneração-base).

Quando há um ano o país enfrentou a terceira vaga da pandemia, o apoio à família foi concedido a 67,4 mil pessoas a Janeiro, a 94,7 mil em Fevereiro e a 84,9 mil em Março, número que baixou para Abril: 1,1 mil em Abril.

Na recta final de 2021, com a progressão da Ómicron, a Segurança Social já atribuiu em Dezembro, só nas primeiras semanas do mês, 18,6 mil subsídios a trabalhadores que tiveram de ficar em casa por isolamento profilático dos filhos ou netos. Esta estatística contabiliza só os subsídios até dia 21, antes da subida de casos da última semana.

Fazendo a conta apenas até dia 21, a Segurança Social atribuiu em Dezembro 23,1 mil subsídios a trabalhadores por doença covid-19, a que se somam 14,9 mil subsídios de isolamento profilático dos trabalhadores.

fundamental manter as medidas de protecção.”

O indicador a seguir

Mas o indicador a seguir com mais atenção é o dos internamentos de doentes nas unidades de cuidados intensivos (UCI). O presidente do colégio da especialidade de medicina Intensiva da OM, José Artur Paiva, acredita que, com os dados que são conhecidos até ao momento (e que indicam que a percentagem de casos graves é “claramente inferior à das ondas anteriores”), “não é expectável” que sejam ultrapassadas as chamadas linhas vermelhas (255 camas de UCI ocupadas com doentes em estado crítico), no mesmo sentido, aliás, das projecções do IST.

O médico avisa, porém, que se o total de novos casos de infecção for muito elevado, o número de doentes em estado crítico também aumentará. Seja como for, o que se está a perceber, nos países onde a propagação da variante Ómicron começou mais cedo, como o Reino Unido e a Dina-

marca, é que há muita transmissibilidade comunitária e uma subida muito significativa das hospitalizações, sem ser todavia ainda muito significativo o impacto nos cuidados intensivos, pelo menos por enquanto.

O que está a aumentar de forma expressiva, e em Portugal também, é o número de pacientes internados em enfermarias – “são quase mais 40% desde 25 de Dezembro” –, e que “são fundamentalmente doentes com pneumonias por covid que precisam de oxigénio” mas não necessitam de ventilação mecânica, explica ao PÚBLICO. “Temos de surfar esta onda” e saber fazê-lo com menor perturbação da actividade económica e social. E isso só se consegue fazer se a nossa protecção individual for adequada e processo de vacinação acelerar, sintetiza. A “receita” já é conhecida mas nunca é demais repeti-la: usar máscara, arejamento de espaços fechados e higiene das mãos.

Para Pedro Simões Coelho, director da NOVA Information Management School (IMS) e um dos responsáveis

da plataforma *Covid-19 Insights*, é preciso esperar mais alguns dias para se poderem fazer previsões da evolução da nova variante. “A entrada da Ómicron ainda é relativamente recente para estabelecer parâmetros e não sabemos o efeito do do Natal e do Ano Novo. O que se pode fazer são especulações”, diz.

Embora sem previsões neste momento, dos dados que tem parece-lhe que o pico desta onda terá menos de 100 mil casos. “Acho que será melhor do que se pensa. Mas, seja qual for o cenário – de 100 mil, 80 mil ou 50 mil –, tudo aponta para que o número de internados não seja muito significativo. Não passará muito dos 2000”, refere, lembrando as taxas de vacinação, a terceira dose e a imunização das crianças. “Penso que não há necessidade de um agravamento de medidas, nem de adiar a abertura das escolas”, defende. Mas lembra que não pode deixar de haver medidas de contenção, considerando que “ainda estamos longe” de este vírus se tornar endémico.



Creches tiveram de fechar perante a progressão da covid



NELSON GARRIDO

Redução do período de isolamento é bem vista pelo comércio e serviços, mas apenas se não puser em causa a saúde pública

Empresas

Aumento de casos de covid-19 está a fechar ou a limitar lojas e restaurantes

Rosa Soares

Centros comerciais estão “no limite”, ao passo que a grande distribuição fala em “enorme preocupação” com o absentismo elevado

Pequeno comércio, centros comerciais, grande distribuição e transportes de mercadorias estão a ser afectados pela crescente absentismo relacionado com o aumento dos casos positivos de covid-19 ou o crescimento dos isolamentos profiláticos, uma situação que leva os seus responsáveis associativos a pedir medidas ao Governo, em especial a redução do período de isolamento.

Alguns estabelecimentos mais pequenos, especialmente na área da restauração, estão a encerrar por falta de trabalhadores disponíveis para assegurar o seu funcionamento, devido ao aumento do número de infectados com o coronavírus SARS-CoV-2 ou à necessidade de cumprimento de períodos de isolamento. Num núme-

ro significativo de casos, tem-se recorrido ao prolongamento do horário de trabalho dos colaboradores disponíveis, adiantou ao PÚBLICO o presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP).

João Vieira Lopes admite que, se o número de infectados continuar a aumentar, “a situação vai agravar-se, especialmente no comércio e serviços com atendimento presencial”. “Para nós, um período de isolamento mais reduzido era melhor, porque há mais clientes e utentes na rua, e menos problemas de quadro de pessoal para o atendimento, mas é preciso que tenha suporte em termos de saúde pública” refere.

As conclusões que saírem da reunião de hoje no Infarmed, em que participam especialistas, políticos e associações empresariais, incluindo a CCP, terão seguramente impacto na actividade económica, numa altura em que “a recuperação que se iniciou no segundo semestre do ano passado acabou por ficar aquém das expectativas neste final de ano e, provavelmente, neste início de ano também”, avança Vieira Lopes.

Além do aumento de casos de infecções, o responsável destaca como razões para a recente actividade económica, a obrigatoriedade do teletrabalho e o adiamento das vendas em saldo e em promoção.

Centros comerciais no limite

Com horários de funcionamento alargados, os lojistas dos centros comerciais estão também a sofrer uma forte redução de recursos humanos devido ao aumento de infectados com o coronavírus SARS-CoV-2. “Estão no limite”, admite Rodrigo Moita de Deus, presidente executivo (CEO) da Associação Portuguesa de Centros Comerciais (APCC), que diz desconhecer a existência de alguma loja encerrada devido a esse facto. Até agora, a solução tem passado pela melhor gestão dos trabalhadores disponíveis.

Se o cenário de infecções se agravar, e se não forem tomadas medidas que possam reduzir o período de isolamento, o CEO da APCC disse ao PÚBLICO que, “seguramente, se verificarão dificuldades acrescidas para o normal funcionamento de alguns estabelecimentos”.

Para lá da ausência de trabalhadores, Rodrigo Moita de Deus refere que não têm sido visíveis dificuldades nas cadeias de abastecimento, lembrando que esse impacto pode ser atenuado pelo facto de as lojas terem criado stocks antes do Natal, e de as compras actuais serem mais reduzidas, tendo em conta o adiamento do período de saldos, que está previsto iniciar-se a partir do próximo dia 9 de Janeiro.

Apesar do adiamento dos habituais saldos de Inverno, os centros comerciais têm registado uma grande afluência de pessoas, inclusive crianças, que não têm aulas esta semana.

Nos transportes, os motoristas de baixa ou em isolamento, duas a três vezes acima do normal, “começa a ser muito preocupante”

A Associação de Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) junta-se, por seu turno, às outras organizações patronais no reconhecimento da “enorme pressão” que existe actualmente para que as empresas possam continuar a funcionar com normalidade, mas é aquela que abertamente pede a redução do período de isolamento por infecção pelo coronavírus dos actuais 10 para cinco dias.

Em declarações ao PÚBLICO, o director-geral da APED, Gonçalo Lobo Xavier, não poupa críticas à director-geral da Saúde, que anunciou a redução do período de isolamento para sete dias, a 29 de Dezembro, mas que quase uma semana depois dessa promessa, ainda não foi publicada a norma que permite a sua adopção pelas empresas. “Sem medidas mais equilibradas e a sua rápida operacionalização, as consequências para as companhias serão muito complicadas, tendo em conta o aumento do absentismo dos trabalhadores para níveis preocupantes”, refere.

Para o aumento do absentismo, Lobo Xavier enumera a conjugação de três factores: “O aumento de contágios, as necessidades de assistência à família por casos de covid ou contactos de risco, e ainda a necessidade de cuidar de filhos pequenos devido ao encerramento das escolas.”

No entanto, tem também uma esperança, que é a de “esperar que o bom senso prevaleça e que, com base nas informações científicas e nos efeitos mais modestos da variante Ómicron, se defina claramente que o período de isolamento passe para cinco dias, como estão a fazer outros países, como Espanha ou os Estados Unidos, e que seja rapidamente aplicado, como o fez a Madeira”.

Já nos transportes, um sector onde faltam motoristas, o aumento do número de trabalhadores de baixa ou em isolamento relacionados com a doença de covid-19, duas a três vezes acima do normal, “começa a ser muito preocupante”.

Quem o diz é Pedro Polónio, presidente da Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (Antram), que admite que, por estes dias, “o sector está a dar resposta aos transportes verdadeiramente importantes, mas há outros que começam a não ser respondidos de forma tão pontual como eram até agora”.

E assegura que se o actual absentismo durar mais duas a três semanas, “será verdadeiramente desafiante continuar a satisfazer os clientes”. Já se os casos desaparecerem, como se tem estimado, “não há dúvida de que as empresas não vão conseguir responder a tudo”.

Sobre uma eventual redução de dias de isolamento, Pedro Polónio admite que “se são os especialistas a dizer que não se justifica manter os actuais períodos, é porque podem ser reduzidos”.



Comparação 2021-2022

Última semana trouxe 157 mil novos casos mas mortes e internamentos continuam estáveis. O que mudou em relação a 2021?

Miguel Dantas

Portugal registou, nos últimos sete dias, mais infecções por covid-19 do que a soma de casos nos meses de Novembro, Outubro, Setembro e grande parte de Agosto. No total, são 113 dias de pandemia ultrapassados pelas 157.115 infecções detectadas desde 28 de Dezembro, indicador que espelha o impacto da circulação da variante Ómicron pelo país e também o aumento exponencial do número de testes realizados nas últimas semanas. É neste contexto de rápida transmissão do vírus que os peritos se reúnem hoje com os governantes no Infarmed, para voltarem a discutir as melhores estratégias de gestão da pandemia.

Apesar do aumento de casos, se olharmos para os números registados há precisamente um ano, podemos constatar uma redução significativa da pressão nos serviços de saúde e unidades de cuidados intensivos, com a diminuição de pacientes internados e de casos mais graves. Também é perceptível uma descida no número de vítimas mortais provocadas pelo vírus. De olhos postos na variante Ómicron, o PÚBLICO mostra-lhe as principais alterações da pandemia comparativamente ao mesmo período do último ano.

Os casos

A última reunião entre especialistas e políticos ocorreu a 19 de Novembro, mas, com o surgimento da variante Ómicron poucos dias depois, o avanço da pandemia sofreu uma aceleração. Os estudos iniciais desta variante indiciam uma maior transmissibilidade do que nas estirpes anteriormente identificadas, mas uma menor probabilidade de desenvolvimento de doença grave.

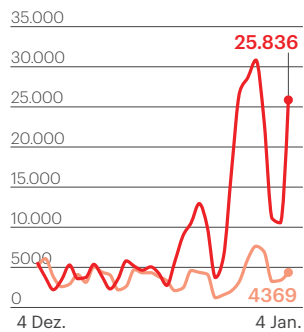
Uma das explicações para este aumento do número de casos prende-se, em parte, com o aumento exponencial do número de testes nas últimas semanas: apenas em dois dias, 23 e 24 de Dezembro, foram realizados em território português mais de 620 mil testes, com o mês de Dezembro a ser, de longe, o recordista dos rastreios ao vírus. Foram mais de 5 milhões de testes, num total de 26,5 milhões desde o início da pandemia.

Comparemos agora os números com os do ano passado: apesar de, no final de 2020, também se registarem dias com máximo de casos (como a

Casos e mortes

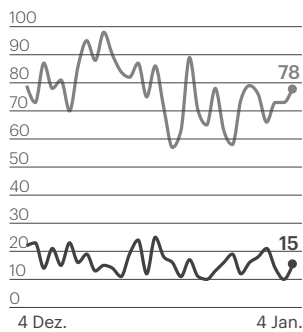
NOVOS CASOS

Há um ano (4 Dez. 2020 a 4 Jan. 2021)
Último mês (4 Dez. 2021 a 4 Jan. 2022)



MORTES

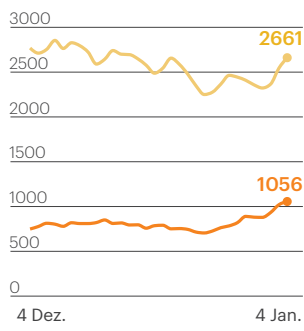
Há um ano (4 Dez. 2020 a 4 Jan. 2021)
Último mês (4 Dez. 2021 a 4 Jan. 2022)



Evolução dos internamentos em Portugal

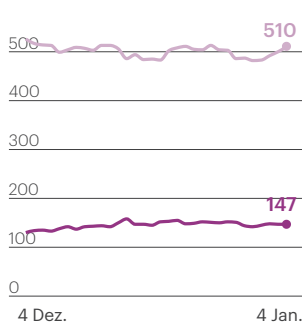
INTERNAMENTOS SEM UCI

Há um ano (4 Dez. 2020 a 4 Jan. 2021)
Último mês (4 Dez. 2021 a 4 Jan. 2022)



EM UCI

Há um ano (4 Dez. 2020 a 4 Jan. 2021)
Último mês (4 Dez. 2021 a 4 Jan. 2022)



Fonte: DGS

PÚBLICO

31 de Dezembro, com 7627 infecções), a escala da pandemia de covid-19 era substancialmente diferente neste indicador. No último mês, Portugal registou mais de 300 mil casos (303.054), um aumento de 146% em relação a igual período do ano passado. Entre 4 de Dezembro de 2020 e 4 de Janeiro de 2021, o país tinha somado cerca de 124 mil casos (124.005), menos de metade do valor registado no último mês.

Redução dos internados em UCI foi de 247% face a igual período do ano passado

Mas, comparando com o que se vivia há um ano, as restrições e os confinamentos não aumentaram, estando até várias actividades que se encontravam suspensas novamente em funcionamento. Porquê? Os indicadores seguintes podem oferecer algumas respostas.

Mortes caíram 78%

Fruto da protecção concedida pela inoculação e menor letalidade da variante Ómicron, o aumento substancial do número de casos de covid-19 das últimas semanas não foi acompanhado de uma subida do número de mortes provocadas pelo vírus. Há um ano, quando as primeiras doses de vacinas começavam a ser administradas a profissionais de saúde e aos

idosos mais vulneráveis, Portugal registava dias com várias dezenas de mortes (chegaria às centenas em Janeiro e Fevereiro de 2021).

Entre 4 de Dezembro de 2020 e 4 de Janeiro de 2021, o dia com número mais baixo de mortes foi 21 de Dezembro: no boletim epidemiológico dessa data, contavam-se 57 óbitos, num dia com 2099 novos casos. Nesse mês, morreram 2472 pessoas, número mais de quatro vezes superior às 523 mortes registadas em Dezembro último, mesmo com menor número de casos.

Menos internamentos

O número de doentes internados nos hospitais portugueses (sem contabilizar neste indicador os pacientes em cuidados intensivos) também sofreu uma descida face aos números do ano passado.

Em Dezembro de 2020, o número de pacientes internados esteve sempre acima dos 2200, número que se aproximava dos 3000, ao adicionarmos os doentes mais graves em cuidados intensivos. Actualmente, Portugal regista menos de metade desse valor, com 1056 pacientes internados em hospitais. A maioria destes doentes são pessoas que não estão vacinadas contra a covid-19.

Descida de 247% em UCI

A tendência de descida das infecções mais graves é ainda mais perceptível se olharmos para as unidades de cuidados intensivos (UCI). Há um ano, registavam-se na esmagadora maioria dos dias mais de 500 pacientes em

unidades de cuidados intensivos em todo o país, numa fase de forte pressão para hospitais e profissionais de saúde.

As últimas semanas mostram uma estabilização deste indicador, com os números a flutuarem entre os 130 e os 160 pacientes. Se olharmos para o número mais recente, o de 4 de Janeiro, vemos uma diferença acentuada entre os anos de 2021 e 2022. Há um ano, contavam-se 510 doentes em UCI, comparativamente com os 147 actuais. Contas feitas, esta diferença traduz-se numa redução de aproximadamente 247%.

A chegada da vacina

Outra grande diferença está relacionada com a protecção conferida pela vacina. As 10h07 do dia 27 de Dezembro de 2020, era vacinada a primeira pessoa em Portugal. Desde esse dia, com um dos ritmos mais rápidos do mundo, quase todo o país embarcou na missão de vacinação, em grande parte liderada pelo vice-almirante Henrique Gouveia e Melo.

A grande adesão da população à vacina – 89,5% completaram o esquema vacinal e 90,3% já receberam pelo menos uma dose – serviu também para diminuir o número de mortes e internamentos, numa fase em que a inoculação se concentra agora nas faixas etárias dos cinco aos 11 anos. O facto de os mais idosos já terem, na sua maioria, recebido a dose de reforço da vacina, contribui também para impedir um crescimento de infecções graves com o aumento de casos provocados pela variante Ómicron.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quarta-feira, 5 de Janeiro de 2022 • Ano XXXII • n.º 11.574 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,40€



Público

Austrália
Djokovic vai ao Open sem estar vacinado e a excepção foi mal recebida
Desporto, 38



Biologia
Baleias-de-bryde avistadas pela primeira vez na costa do Algarve
Ciência, 28/29

Causa Própria
Nova série da RTP mostra uma pequena cidade transformada num "lugar cheio de nervos"
Cultura, 30/31

Descida da idade da reforma agrava cenário de falta de professores

Efeitos da pandemia nas aposentações obrigam a contratar mais 800 docentes em 2023/2024

O país confronta-se com um problema de contratação de professores e o cenário vai agravar-se com os efeitos da pandemia na antecipação da idade

da reforma, que no próximo ano recuará para os 66 anos e quatro meses. Estima-se que em 2023/2024 vai ser necessário contratar 3600

novos docentes, mais 800 do que a estimativa produzida há dois meses por uma equipa da Universidade Nova de Lisboa. Este cálculo tem por

base a previsão de que os efeitos da pandemia se prolongarão até 2024. Até ao final da década, será necessário contratar 34 mil novos docentes.

A Fenprof considera que as mexidas na idade da reforma não terão "impactes significativos" nas aposentações *Sociedade*, 16



NUÑO FERREIRA SANTOS

Pecuária
Preços baixos na distribuição ameaça viabilidade do sector leiteiro
Economia, 24/25

Legislativas 2022
CIP e CGTP de acordo: semana de quatro dias não é prioridade

Sindicatos "louvam" proposta do PS e patrões dizem que lançar ideias é "fácil". Ambos afastam, para já, discussão sobre o tema *Política*, 12

Entrevista
Touradas têm de deixar de usar objectos perfurantes

Laurentina Pedroso, provedora do animal, defende mudanças na tauromaquia
Sociedade, 14/15



África do Sul
Privados capturaram o Estado no tempo de Zuma

Comissão que investiga a corrupção do Governo de Jacob Zuma revela relatório "importante" para credibilizar as instituições *Mundo*, 20

Especialistas esperam que reunião do Infarmed produza regras simplificadas e comunicação clara

Numa fase em que a pandemia justifica alerta, mas não alarme, um conjunto de especialistas ouvidos pelo PÚBLICO não espera que da reunião

do Infarmed hoje saia um agravamento de medidas. Se em curso está a explosão de novos casos de infecção, os internamentos de doentes

graves têm-se mantido estáveis. Mas para lá de recomendarem a adopção de medidas preventivas (uso da máscara, testagem ou reforço da vacina-

ção), deixam no ar um pedido: uma comunicação clara e regras mais simplificadas e ajustadas ao contexto *Destaque*, 2 a 5